

A representação no discurso jornalístico: o movimento dos povos indígenas no G1 Roraima ¹

Bryan Chrystian da Costa ARAÚJO ²

Juliana Dama da COSTA ³

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR

RESUMO

Estudar a representação do Movimento dos Povos Indígenas no portal G1 Roraima, possuindo como panorama os Estudos Culturais e as perspectivas pós-coloniais do jornalismo local ao abordar os nativos do Estado, é nosso objetivo central. Para tanto, procuramos observar as deficiências do ciberjornalismo e do discurso jornalístico para representar adequadamente a imagem desse movimento, considerando a etnicidade como indicador identitário. O estudo propõe uma aproximação da conceituação de representação de Stuart Hall (2003) e com a Análise de Discurso (AD) de Fairclough (2001) e Márcia Benetti (2006) ao considerar o jornalista como indivíduo intersubjetivo. Com base nessas reflexões, realizamos uma observação do conteúdo publicado para apontar a presença de arquétipos acertados por uma sociedade com perspectivas coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Movimento Indígena; Ciberjornalismo; Análise do Discurso; Etnicidade.

Introdução:

A globalização da rede mundial de computadores, no final dos anos 90, possibilitou a dinamização e expansão dos setores e serviços em comunicação. A existência de inúmeros sites, plataformas, redes sociais virtuais, programas e aplicativos móveis para celulares e computadores possibilitam e facilitam a troca de informações e experiências entre os mais diversos tipos de usuários (SOARES, 1997).

Diante do atual modelo de sociabilidade, o ciberespaço institui-se como ferramenta capaz de alterar perspectivas e conceitos impostos em meios sociais e reconfigurar a realidade de comunidades excluídas da protagonização midiática. Acredita-se, assim, que a multiplicidade encontrada neste meio de comunicação favoreça

¹ Trabalho apresentado no II08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, realizado de 24 a 26 de junho de 2019.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Federal de Roraima, e-mail: bryancca@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo na Universidade Federal de Roraima, e-mail: julianadama2@gmail.com

o diálogo, reconhecimento, respeito e representação de culturas constantemente estereotipadas e marginalizadas pela imprensa tradicional.

Roraima é o estado com proporcionalmente o maior número de nativos do país. De acordo com os dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pouco mais de 11% da população se autodeclarava no ano da pesquisa. No total, são 55.922 em todo o Estado, sendo 28.763 homens (51,4%) e 27.159 mulheres (48,6%). O número de habitantes, no geral, na época em que o censo foi realizado era de 450.479 pessoas.⁴

Esses números demonstram a significância e relevância dos movimentos sociais reivindicados pelos povos indígenas para a conquista de espaço político, cultural e social na região. Contudo, o grande quantitativo de residentes nativos no Estado não significa uma maior e melhor qualidade na abordagem de sua identidade e cultura pertinentes às distintas etnias destes povos. Os poucos discursos acerca dos grupos indígenas falham em representar a diversidade cultural dessas populações, os caracterizando de maneira homogênea e de forma pré-colonial.

Tais discursos moldam não somente a construção da opinião coletiva por meio da assimilação entre as ideias – no sentido em que pessoas com ideias semelhantes se encontram e passam a identificar-se dentro de um mesmo grupo, mas também propagam e efetivam a construção da representatividade dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. A democratização do acesso à internet permite a criação de novas formas de comunicação e novas ordens sociais de poder e opressão, ou simplesmente favorece a proliferação de novos discursos de ódio. Dessa maneira, os estudos de Benetti (2006) são relevantes para a análise do discurso como prática social pela qual as pessoas (inter)agem com e sobre o mundo e, mais ainda, sobre outras pessoas.

Assim, este estudo aborda os conflitos representacionais e o reconhecimento das identidades e culturas dos movimentos sociais dos povos indígenas de Roraima no ciberjornalismo e a maneira como perspectivas colonialistas impedem a caracterização e representação adequadas das populações nativas na ciber mídia local. Apoiando-se no conceito de representação utilizado por Stuart Hall (2003), no qual as representações são

⁴<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/04/proporcionalmente-roraima-tem-maior-populacao-indigena-do-pais.html> Acessado em 10 de outubro de 2017.

definidas como processos de atribuição de significação/ressignificação manipuladas para designar os construtos culturais e sociais do cotidiano.

Com base nisso, este trabalho tenciona a realização de uma análise de discurso (AD) acerca de como é construído o texto jornalístico que trata dos movimentos indígenas de Roraima no portal de notícia G1 Roraima, em especial na matéria: “Indígenas protestam contra novo coordenador regional da Funai” publicada no dia 12 de julho de 2017⁵. A pesquisa possui a finalidade de compreender como perspectivas coloniais continuam a refletir a representação de movimentos de luta e etnia no exercício do ciberjornalismo.

Ciberjornalismo: entre práticas de comunicação e movimentos da sociedade

O surgimento da rede mundial de computadores, no final dos 60, iniciou um grande processo de transformação na comunicação. Contudo, foi somente em 1990, com a criação do World Wide Web (WWW), que a internet veio a ser globalizada (CASTELLS, 2005). Como um produto específico da internet, o ciberjornalismo possui características próprias e é assim denominado devido ao suporte técnico ao qual encontra-se veiculado, neste caso o ambiente cibernético (CANAVILHAS, 2001). Marcos Palacios (2002), baseado em Bardoel e Deuze (2000), aponta cinco delas: convergência, hipertextualidade, personalização, perenidade e interatividade.

É no ambiente cibernético que a interatividade se desenvolve com maior amplitude. Conforme Marcos Palacios (2002), a presença desta particularidade nos portais de notícia tem feito com que o leitor sinta-se cada vez mais parte do processo jornalístico. Segundo o autor, isso pode acontecer de diferentes maneiras: “pela troca de e-mails entre leitores e jornalistas, através da disponibilização da opinião dos leitores, como é feito em sites que abrigam fóruns de discussões (...)” (PALACIOS, 2002, p. 2).

Nesse contexto, o ciberjornalismo deve ser encarado como um ambiente que tem mobilizado a interação entre produtor, produto e consumidor. É por meio destas interações que sentidos são criados e recriados, que conhecimentos são produzidos e que “teias de significação” são tecidas (THOMPSON, 1998, p. 20).

⁵<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/indigenas-protestam-contr-novo-coordenador-regional-da-funai.ghtml> Acesso em 10 de outubro de 2017.

A partir desse cenário, compartilhamos da interpretação de Vilso Santi (2016) em perceber o ciberjornalismo e os portais de notícia como campos de mediação. Nesse sentido, a rede mundial de computadores pode ser entendida como meio, no qual se é possível captar as interações entre os envolvidos no processo comunicativo. Segundo Santi (2016, p. 36), as mediações podem ser compreendidas como: “(...) espaço de articulação entre práticas (de comunicação) e as típicas movimentações da sociedade (os movimentos sociais)”.

No enquadramento proposto por Santi (2016), as características do meio definem os portais de notícia como um espaço de mediações através da tecnicidade. Todavia, não somente o meio insere o ciberjornalismo no campo de mediação. Como explica Martín-Barbero (1987), as práticas de comunicação, produção e consumo surgem das relações dos indivíduos com as implicações sociais do seu cotidiano, onde, posteriormente, cabe aos meios reproduzi-las.

Ao mover as mediações da tecnicidade para o campo social, tiramos o foco do estudo da análise comunicacional dos meios e deslocamos para as articulações entre os exercícios comunicacionais e os movimentos da sociedade (MARTÍN-BARBERO, 1987). Os Estudos Culturais oferecem uma vasta contribuição que nos auxilia a compreender a relação entre comunicação, práticas cotidianas e cultura.

Este campo tem como base três autores e seus textos: Richard Hoggart com *The Uses of Literacy* (1957), Raymond Williams com *Culture and Society* (1958), *The Long Revolution* (1961) e E. P. Thompson com *The Making of the English Working-class* (1963). Seus trabalhos contribuem na conceituação de cultura como produção simbólica da sociedade independente do meio no qual se encontra, para os autores “(...) cultura era uma rede vívida de práticas e relações que constituíam a vida cotidiana” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 28-29).

Partindo desse pressuposto, um dos principais precursores dos Estudos Culturais na América Latina, Martín-Barbero, “(...) formula uma metodologia que permita relacionar o estudo da significação, ou melhor, a produção do sentido com os próprios sentidos” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 49), tentando, desta maneira, relacionar a produção de sentido com o espaço social e as lógicas cotidianas em que se encontravam seus autores.

Demonstra-se, neste enquadramento, a necessidade de focar a abordagem dos estudos comunicacionais não relacionados aos meios, mas dependentes das condições socioculturais onde encontra-se inserido o interlocutor. Com esse deslocamento “(...) a comunicação passa a ser ‘localizada’ no tempo, no espaço e em sintonia com a história” (SANTI, 2016, p. 64). Desse modo, o discurso jornalístico está sujeito às transmutações da sociedade, conduzindo padrões e valores políticos, sociais, culturais e mesmo econômicos.

O discurso no processo de manutenção da identidade

Para compreender o papel desempenhado pela linguagem em todo esse processo de construção da identidade dos indivíduos, consideramos aqui os pressupostos apresentados por Bakhtin (2006), que discute acerca da característica dialógica inerente à língua. Para o autor, “a *interação verbal* realizada através da *enunciação*” (BAKHTIN, 2006, p.125, grifo do autor) é um fenômeno social e uma característica mais verdadeira da língua do que as simples formas linguísticas, acontecendo não somente em interações presenciais, mas em todo tipo de comunicação que envolva o diálogo entre indivíduos e ideias.

A partir do momento que reconhecemos essa função da linguagem como uma característica social, admitimos que os construtos históricos, políticos, sociais e econômicos exercem suas forças sobre a atividade de enunciação. É aqui que a Análise do Discurso, principalmente a da vertente crítica, se insere. Autores como Fairclough (2001) e Resende & Ramalho (2006) abordam a maneira como a atividade social molda os discursos dos usuários da língua, afinal, tais usuários estão expostos a um tempo e um espaço específicos que determinarão a maneira como constroem suas realidades linguisticamente.

Conforme a teoria do discurso apresentada por Fairclough (2001, p. 95-96), essa atividade contribui para a formação de “identidades sociais” e “posições de sujeito” que se mantêm por meio das relações discursivas. Segundo o autor, “a prática discursiva (...) contribui para reproduzir a sociedade como é, mas também contribui para transformá-la”, pois é por meio da percepção de certas construções sociais (linguísticas ou não) que o sujeito se torna capaz de questionar suas crenças e valores e iniciar um processo de alteração dessa realidade, daí a “mudança social” gerada pelo discurso.

Apesar de ser uma teoria originalmente do campo dos estudos linguísticos, a análise do discurso é, em suma, interdisciplinar por gerar reflexões que se estendem a outros domínios do conhecimento, principalmente àqueles relacionados às Ciências Sociais. É esse diálogo “que reside na relação da linguagem com a sociedade, que motiva um estudo mais profundo do que realmente se passa na prática cotidiana: a linguagem não é mera ferramenta do social, ela constitui a sociedade e é por ela constituída” (SYLVESTRE, 2013, p. 20-21).

É nessa interação que são explicitadas relações de poder e que é feita a manutenção dessa hierarquia. O discurso assume a posição de prática política e ideológica pela qual são mantidas e naturalizadas posições de sujeito conforme o ideal proposto por aqueles em posições privilegiadas do poder. Ainda segundo Fairclough (2001, p. 98), essas duas características estão ligadas, “pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder”.

Esse processo de manutenção do poder realizado pelos usuários da língua e dos meios de produção são gerados com base nas informações às quais estes sujeitos são expostos, sendo estas externas ao indivíduo. Dessa maneira, compreende-se que a mídia é uma das principais veiculadoras de informação situada espacialmente, isto é, pertencentes a determinado momento no tempo e no espaço. Sobre isso, Thompson (1998) explica que as informações são recontextualizadas para só então serem inseridas no contexto sócio-histórico em que o indivíduo que a decodifica está inserido. É a partir disso que o discurso jornalístico exerce grande poder sobre a formação de opiniões dos consumidores.

A intersubjetividade do sujeito: o discurso e as relações de poder

Márcia Benetti (2006, p. 3) não discorda das interpretações anteriores. Para a autora: “O fato de o discurso ser construído de forma intersubjetiva exige compreendê-lo como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais”. Ainda segundo ela, essa intersubjetividade também encontra um aliado na língua e por meio dela tornam-se perceptíveis padrões e traços sociais aos quais os interlocutores estão convencidos.

Como Eni Orlandi discute em *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* (2001), a AD não trata da língua, muito menos da gramática, conquanto ambas sejam relevantes no estudo. Por essa razão, no método da Análise de Discurso empregado por

Benetti “fazemos o caminho inverso do discurso: partimos do texto para o que lhe é anterior e exterior” (BENETTI, 2007, p.115). Por esse ângulo, o discurso é o “lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia” (ORLANDI, 2001, p.17).

Os Estudos Culturais, assim como a AD, apoiam-se no viés da Teoria Construtivista ao encarar toda representação como uma construção subjetiva da realidade. Segundo esse paradigma, o jornalismo não seria capaz de refletir uma realidade tal como ela é, pois as formas como os agentes envolvidos no processo comunicacional pensam sobre determinada existência são distintas de sentido. Benetti explica que o jornalismo como modo de conhecimento não pode transmitir ou repassar algo, todo o conhecimento que passa por sujeitos intersubjetivos é recriado (BENETTI, 2006, p. 4).

Como resultado, o jornalismo realiza a construção de mapas culturais de significado ajudando a reforçá-los ou apagá-los, construindo um consenso de valores. De acordo com Motta (2000) e Benetti (2006), esse processo é um dos orientadores dos padrões representacionais do que é normal ou não. Ao lidar com o cotidiano, o jornalista, uma pessoa intersubjetiva, define e constrói o que é socialmente aceitável e como o deve ser, redefinindo e estruturando realidades da forma como julgar necessário.

Para Hall (2003), as representações são definidas como processos de atribuição de sentido organizadas para designar construtos culturais e sociais da sociedade. Nesse sentido, as representações midiáticas podem ser encaradas como “encenações” com natureza já definida e, coincidentemente, como papéis que normalizam certos padrões. O jornalismo se configura, nessa acepção, como ferramenta para transpor perspectivas representacionais (SANTI, 2009, p.155).

Ao considerar os apontamentos anteriores, passamos a tomar a comunicação como um instrumento estruturador de significados, por assim dizer, um manual de instruções do que é moralmente aceitável ou não. Seguindo esse contexto, a comunicação pode vir a representar apenas valores socioculturais de um grupo específico, na maioria das vezes um grupo possuidor de privilégios, financeiros, políticos e territoriais em relação aos demais.

Todavia, se o jornalismo passa a representar apenas grupos na esfera de poder, tornando-se favorável à construção e normalização de padrões, a mídia passa a trabalhar “(...) a favor da reprodução de estereótipos que justificam ou são uma espécie de ‘caldo de cultura’ da própria dominação” (BIROLI, 2011, p.72).

Os conceitos de estereótipos são avaliados aqui considerando sua atuação na formação e constituição das identidades de grupos e sujeitos. Assim, estes passam a se organizar por meio de categorias que elaboram padrões sociais, estas com o objetivo de propor a normatização de papéis socialmente estabelecidos e garantir uma organização social que favorece apenas os que estão no controle dos veículos de comunicação. Também são esses mesmos estereótipos que organizam a leitura do que é novo ou se apresenta como tal a partir de referências anteriores, baseadas, ainda que minimamente, na realidade sociocultural de algum público. Logo, a tipificação na mídia torna-se “parte dos processos sociais de definição de papéis e reprodução dos valores” (BIROLI, 2011, p.77).

Movimento indígena: engajamento pelo reconhecimento de uma identidade étnica

Na contemporaneidade, falar de movimentos sociais ou de reivindicações por direitos e melhores qualidades de vida são considerados sinônimos. Maria Gloria Gohn (2011, p. 335) define tais fenômenos como formas da sociedade civil se organizar e manifestar suas demandas que, habitualmente, possuem natureza sócio-político e cultural.

Contudo, não foi sempre que ambos estiveram relacionados. Doimo (1995) explica que, até meados dos anos 60, os movimentos sociais estavam intrinsecamente relacionados à classe operária e suas mobilizações, tanto que falar sobre um remetia totalmente ao outro e, assim, outras formas de reivindicação de naturezas distintas eram excluídas da narrativa dos movimentos sociais.

Identicamente, na década de 1960, esse contexto começou a se transformar e mobilizações com reivindicações diferentes da classe operária começaram, então, a se espalhar. Como Alonso (2009) explica, essas mobilizações não tinham o intuito de tomar o Estado, estavam voltadas “para a qualidade de vida e para a afirmação da diversidade de estilos de vivê-la” (ALONSO, 2009, p. 51).

Ainda assim, foi somente nas décadas de 70 e 80 que um período de forte mobilização política começou a ganhar visibilidade e se espalhar pelo Brasil. Logo, grupos e movimentos começaram a se organizar e o engajamento militante, aqui compreendido como “toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise a defesa ou a promoção de uma causa” (SAWICKI; SIMÉANT, 2011, p. 201), começou a se instaurar em determinados grupos da sociedade brasileira.

Dito isso, o processo de engajamento dos indivíduos com os movimentos sociais ocorre quando o contato e interação entre organização e sujeito estão alinhados. Quando o indivíduo passa a se reconhecer e se identificar com as causas pleiteadas pela organização e quando essa passa a fazer parte do seu cotidiano social. Dessa maneira, “o engajamento é determinado pelo contexto sociocultural do ator” (RUSKOWSKI; SILVA, 2016, p. 4), pois são seus vínculos que o estimulam a envolver-se em um movimento e determinam em qual ele participará.

É nesse cenário que os povos indígenas do país e suas lideranças passam reclamar respeito as suas culturas e etnias. Caracterizando-se como grupo étnico, distinto de outros da sociedade nacional, reconhecendo e reivindicando respeito as suas identidades tradicionais (CUNHA, 1987). Esse reconhecimento étnico gerou alguns questionamentos, afinal de contas, mesmo após tantos anos de contato e miscigenação de brancos e nativos, a luta por respeito e reconhecimento a uma cultura diferente a dos demais seria mesmo legítima?

Cunha (1987) afirma que sim. Para o autor, a etnicidade é uma forma de organização sócio-político e cultural utilizada por grupos sociais para o qual é relevante. Segundo ele, cultura é algo em constante mutação, se resignificando de acordo com as necessidades de seu povo, e é por meios dos sinais diacríticos como fragmentos de uma cultura que um grupo decide destacar afim de se diferenciar de outros. Assim, a luta por respeito a uma identidade sociocultural distinta é sim legítima, assumindo nesse contexto “(...) uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste” (CUNHA, 1986, p. 101).

Como conta Roberto Oliveira (2005, p.24), essas constatações estabeleceram a criação da identidade étnica desse povo: “foram reivindicações de reconhecimento afirmadas no bojo do que ficou conhecido como o ‘Movimento Indígena’ em escala nacional”. É desta maneira que surge no país um movimento marcado por reivindicações políticas, territoriais e econômicas, bem como a luta por respeito à identidade étnica das nações indígenas.

Uma metodologia para análise de discurso: o movimento indígena no portal G1 Roraima

Com base nos postulados anteriores, iniciamos neste capítulo uma sucinta investigação quanto à representação do movimento indígena no portal G1 Roraima possuindo como base a análise do discurso jornalístico como um dos indicadores representacionais. Entendemos que, no espaço de mediações encontrado no webjornalismo, os locutores e interlocutores significam e ressignificam continuamente os sentidos. Nessa perspectiva, o texto jornalístico é um dos resultados visíveis de um processo exterior “(...) que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário” (BENETTI, 2007, p.111).

O Movimento Indígena de Roraima é objeto deste estudo, suas lutas são marco na história do Estado e quase que rotineiramente envolvem a reivindicação de direitos e espaço perante a sociedade de nacionais roraimenses, assim como o reconhecimento de uma identidade étnica e cultural. Em Roraima, as questões relacionadas aos direitos indígenas sempre foram uma das principais pautas desse movimento e da sociedade nacional que reluta em aceitar uma identidade étnica distinta e quase sempre usa de perspectivas coloniais para avaliar os sujeitos indígenas. Essas pautas são relevantes para ambos os povos e possuem forte motivação social, cultural, política e partidária.

Portanto, o movimento indígena é pertinente nesse estudo, pois, além de ser um tema atual, possui um histórico social, cultural e ideológico conectado à região observada. Assim, para a realização da AD, selecionamos a matéria “Indígenas protestam contra novo coordenador regional da Funai”, publicada no dia 12 de julho de 2017. A notícia foi escolhida por ser a mais atual a abordar o movimento por meio das manifestações dos nativos.

Entendendo que no material jornalístico existe uma exterioridade que o constitui e que não pode ser dele apartada, trataremos, neste capítulo, de uma metodologia afim de avaliar, através da análise do discurso, a representação da identidade étnica dos nativos na matéria selecionada. Para tanto, serão considerados como elementos identificadores da representação: a presença ou ausência das vozes, a identificação da etnicidade, dos movimentos e organizações e os sinais diacríticos dos respectivos povos.

Para tanto, identificaremos as Formações Discursivas (FDs) presentes no discurso que evidenciem a existência dos elementos citados anteriormente. Essas formações auxiliaram no processo de reconhecimento dos sentidos presentes primeiramente na camada discursiva e posteriormente na camada ideológica. Benetti (2007, p.112) explica

que a FD “é uma espécie de região de sentidos, circunscrita por um limite interpretativo que exclui o que invalidaria aquele sentido”. Dessa maneira, o espaço de interpretação será limitado aos “sentidos nucleares”, melhor dizendo, o encontro, em volta de uma Formação Discursiva, de vários significados que constroem um “sentido nuclear” (BENETTI, 2007, p.112).

Após a definição de uma metodologia, partiremos para a identificação da FD - representação que afirma o aparecimento dos elementos de reconhecimento da identidade e do movimento indígena. As marcas discursivas que constroem as expressões em torno do sentido nuclear que demonstre a presença das vozes, a etnicidade, os sinais diacríticos, os movimentos e organizações indígenas serão identificados em negrito. Optamos por selecionar apenas partes da matéria em que as FDs pudessem estar presentes. Como procedimento metodológico, chamamos de sequência discursiva (SD) os trechos recortados para análise.

Indígenas protestam contra novo coordenador regional da Funai (SD1)

Cerca de **50 indígenas de 10 etnias** de Roraima fizeram na manhã desta quarta-feira (12) uma manifestação pacífica em frente a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai). Eles exigem a revogação da nomeação do novo coordenador regional da Funai em Roraima, Armando do Carmo Araújo. (SD2)

Edinho Batista de Souza, **vice-coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR)**, explicou que **os povos e as organizações indígenas** não foram consultadas antes da nomeação de Armando e que isso seria uma violação de direitos. (SD3)

"Não tem diálogo enquanto cumpra o direito de consulta aos povos indígenas. Não pactuamos com essa nomeação que **foi uma indicação política e desconsiderou nosso direito de consulta** e a indicação que fazemos **há três anos** de pessoas do **movimento indígena**", disse Edinho. (SD4)

Representando a **Hutukara Associação Yanomami**, Armindo Goes Melo afirmou que atualmente a relação da Funai com os povos é marcada pela parceria e que os **indígenas** esperam que continue sendo realizada dessa forma. (SD5)⁶

Após a leitura da matéria, notamos que este se trata de um texto acerca de um protesto pacífico do movimento indígena em busca de espaço e voz na Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Ao observar as sequências discursivas, percebemos que em alguns

⁶ Matéria disponível no site de notícia G1 Roraima: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/indigenas-protestam-contrano-novo-coordenador-regional-da-funai.ghtml>> Acesso em 10 de outubro de 2017.

trechos do discurso jornalístico o autor exime-se de realizar o reconhecimento de um movimento social no protesto. Só é possível constatar que se trata de um manifesto organizado pelo Movimento Indígena devido ao contexto do texto e à fala de um dos entrevistados: “(...) a indicação que fazemos há três anos de pessoas do **movimento indígena**”. Todavia, encontram-se, identificados no material, organizações indígenas que participaram do protesto, são elas: Conselho Indígena de Roraima (CIR), Hutukara Associação Yanomami.

A identidade étnica dos indígenas é outro fator ignorado pelo autor do discurso, pois não existe na matéria nenhuma identificação dos grupos aos quais os presentes pertenciam. Os sinais diacríticos ao caracterizar os povos indígenas também são inexistentes no texto. No entanto, temos um indicativo numérico de quantos indivíduos nativos e etnias participaram na manifestação: “Cerca de **50 indígenas de 10 etnias** de Roraima”. Além disso, também temos o reconhecimento da etnia de uma das organizações, que pode significar a presença de nativos representando aquele grupo étnico: “representando a **Hutukara Associação Yanomami**”.

Por último, as vozes do movimento e sujeitos nativos aparecem no material estudado. No texto, são utilizados dois indivíduos representantes de entidades indígenas, por meio de entrevistas suas falas foram publicadas no artigo de modo a justificar e apresentar o contexto do protesto e da manifestação abordada pela notícia.

O que se observa, após a análise da FD – Representação, é que existe, na matéria e no webjornalismo executado pelo G1 Roraima, um campo para as vozes do movimento indígena demonstrando uma abertura do locutor quanto a espaços de fala e participação de outros agentes. No entanto, nota-se uma despreocupação quanto à representatividade adequada dos indivíduos integrantes do movimento, não existe no discurso nenhum momento que individualize os participantes no protesto. As especificidades e sinais diacríticos dos povos indígenas do Estado são ignorados, suas demandas são generalizadas e suas identidades não possuem nenhuma relevância na notícia. As marcas discursivas que reúnem-se em torno das FDs do discurso jornalístico não tencionam realizar uma representação da população ou do movimento indígena, apenas pretendem revelar a execução de um protesto pacífico e organizado por sujeitos e organizações nativas.

Considerações Finais

A abordagem jornalística acerca dos movimentos indígenas no estado de Roraima, com base em um artigo que trata das manifestações desses povos, evidencia uma necessidade crescente pela representação étnica e cultural dos grupos indígenas nos meios de comunicação. A análise nos apresenta conteúdos que causam apagamento dos sinais diacríticos das comunidades nativas do estado e se distanciam da real representação de suas etnicidades.

A mídia emerge como a principal difusora da imagem de um grupo, a maneira como realiza essas reproduções contribuirá para a manutenção das posições sociais impostas aos sujeitos. Todo esse silenciamento é perceptível por meio dos discursos adotados por jornalistas que, não eximidos de carga política, histórica, social e cultural, valoram seus enunciados e reproduzem estereótipos de dominação (BIROLI, 2011). Tais discursos mantêm ou negam as relações sociais de poder, que acabam por privilegiar determinados grupos em detrimento de outros.

Essa é uma visão que corrobora o pensamento de Benetti (2006, p. 4) ao afirmar que o sujeito é afetado pelo sistema ao qual se insere e que “esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário – com toda a complexidade e diversidade que esses campos pressupõem”. Em vista disso, é necessário que o discurso jornalístico se prove plural e colabore com a quebra de paradigmas sociais realizados, muitas vezes, linguisticamente.

Formas alternativas de jornalismo surgem para suprir a necessidade pela visibilidade cultural e gerar protagonismo a esses povos alvos do discurso, como é o caso do etnojornalismo. Evidenciar essas características identitárias e dar a esses grupos o controle por sua representação ocasionará uma troca de domínio sobre a forma como eles se percebem, dando a eles o poder sobre sua voz, isto é, “a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, (...) intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências” (THOMPSON, 1998, p. 21).

Exprimir uma ideologia por meio da enunciação não acontece somente quando algo é dito ou escrito, mas também por meio do silêncio. Nenhum indivíduo inserido social e espacialmente é isento de construções discursivas calcadas pelas ideias que refletem seu atual contexto. Benetti (2007, p. 112) deduz que somos guiados por aquilo que pode ou não ser dito sobre determinado assunto e que nossos sentidos são formados

a partir de nossas experiências ideológicas. Assim é a formação discursiva jornalística, cabendo a nós questionar tais representações e nossas posições como produtores de conhecimento.

Referências

- ALONSO, Angela. **As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. In: Lua Nova, Núm. 76, 2009, pp. 49-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 de maio de 2018.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BENETTI, Márcia & LAGO, Cláudia & (Orgs.). **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BENETTI, Márcia. **Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica**. Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14, 1-11. janeiro/junho, 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/425>> Acesso em: 22 de abril de 2018.
- BIROLI, Flávia. **Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a04>> Acesso em: 22 de abril de 2018.
- CANAVILHAS, João Messias. **Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na web**. In: <https://scholar.google.pt/citations?user=ynI0OzkAAAAJ&hl=en>. Acesso em 20 de julho de 2017.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Volume I. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CUNHA, M. C. **Antropologia do Brasil – Mito, História e Etnicidade**. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1986.
- DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografia dos estudos culturais: Uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>> Acesso em: 22 de maio de 2018.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **A psicanálise do texto: a mídia e a reprodução do mito na sociedade contemporânea**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/178434837/MOTTA-A-psicanalise-do-texto>>. Acesso em: 30 de abril de 2018.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações – Comunicação, Cultura e Hegemonia**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo Online, Informação e Memória: Apontamentos para o debate**. Trabalho apresentado no VII Congresso Latino-Americano de Ciências da Comunicação, da Associação Latinoamericana de Pesquisadores em Comunicação (ALAIIC), 2002.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral**. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/view/56>> Acesso em: 22 de abril de 2018.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RUSKOWSKI, Bianca e SILVA, Marcelo. **O processo de engajamento militante a partir do estudo sobre condições e mecanismos de engajamento**. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT20/GT20_OliveiraRuskowski_KunrathSilva.pdf> Acesso em: 16 de maio de 2018.

SANTI, Vilso Junior Chierentin; AMARAL, Márcia Franz. **As representações no “circuito das notícias”**: o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra no jornal ZH. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2648>> Acesso em: 22 de abril de 2018.

_____. **Mediação e Miatização: Conexões e desconexões na análise comunicacional**. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SAWICKI, Frédéric e SIMEANT, Johanna. **Inventário da sociologia do engajamento militante: Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses**. Sociologias, vol.13, n.28, p. 200-255. 2011.

SOARES, Delfim. **A globalização numa perspectiva sociocibernética**. Disponível em: <<http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/359>>. Acesso em: 20 julho. 2017.

SYLVESTRE, Ana Paula Melo. **O Eu e o Outro Online: Discurso, Poder e Identidade nas redes sociais**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Departamento de Linguística, Português e Língua Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília. Brasília, p. 155. 2013.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.